

PARECER JURÍDICO

Ofício N° 1471/2022

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços Urbanos, no qual solicita análise do termo de referência para contratação de serviços de limpeza urbana.

É o relato

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Quanto ao termo de referência, observa-se que contém, de forma clara e suficiente, as descrições sucintas do objeto e suas características, descrevendo os itens, estimativa de quantitativos e suas especificações, estando, portanto, apto a fornecer as informações necessárias e satisfatórias ao proponente para que ele possa oferecer a sua proposta nos moldes de que a Administração Pública necessita, da mesma forma, a legislação citada é atual e acertada.

Destarte, entende-se que as exigências dos dispositivos legais pertinentes foram atendidas, em especial, ao que dispõe o Inciso III do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, que instituiu o Pregão, c/c artigos 27 a 31 e 40 da Lei nº 8.666/93, que permitem, formalmente, que o instrumento em questão esteja apto para a produção de seus efeitos.

Quanto ao objeto, a Administração Pública tem amparo legal para terceirizar o serviço de limpeza pública, desde que obedeça aos seguintes procedimentos: a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

realizar licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, para escolha da oferta mais vantajosa; b) fiscalizar os serviços terceirizados, em obediência ao preceito do art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/95; c) vincular-se com a empresa tomadora mediante contrato de prestação de serviço ou outro modo de contrato.

Acerca da possibilidade de terceirização do serviço de recolhimento de lixo, explica o Professor Sérgio Pinto Martins:

“Consiste a terceirização na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode envolver tanto a produção de bens, como serviços, como ocorre na necessidade de contratação de empresa de limpeza, de vigilância ou até para serviços temporários”
(Direito do Trabalho. 13. ed. São Paulo:Atlas,2001,p161. Editora fórum. nº 38/fev.2005)

Nesse mesmo sentido, o magistério de Maria Sylvia Di Pietro:

“(...) que é perfeitamente possível no âmbito da Administração Pública é a terceirização como contrato de prestação de serviços. Na realidade, isto sempre foi feito, sem que se empregasse o termo terceirização, o que permite reafirmar que o direito administrativo moderno foi invadido por termos novos para designar institutos antigos, apenas com diferença de que hoje vêm carregados de nova ideologia” (Parcerias na Administração Pública concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas.3.ed.São Paulo:Atlas, 1999,p.179. Editora Fórum. nº 38/fev.2005)

Os serviços de coleta e transporte de resíduos urbanos, bem como varrição e limpeza urbana, são considerados serviços comuns, e, ainda que realizada as exigências necessárias no termo de referência, os objetos ali presentes estão disponíveis no mercado econômico por possuir natureza regular.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria do Município opina pela regularidade do Termo de Referência em tela, e pela possibilidade da realização da licitação.

Cataguases (MG) aos 29 de dezembro de 2022


Bernardo Valverde Salgado

OAB: 195032

Coordenador Técnico I